

## Os critérios da avaliação

Cada uma das 45 áreas do conhecimento (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/representantes.html>) em que atua a Capes tem seus critérios de avaliação, mas há uma filosofia comum a todas. Como aqui há muita confusão e bastante equívoco, este é um assunto fundamental.

### Produção científica

Podemos dizer que o primeiro critério na Capes é que, para alguém orientar ou mesmo lecionar na pós-graduação, é decisivo que seja pesquisador. Na graduação, entende-se e é necessário que um professor seja um bom didata, mesmo que não se dedique à pesquisa inovadora (mas precisa atualizar-se com os resultados da pesquisa de ponta). Na pós-graduação, o volume de aulas é melhor e por isso mesmo a questão da boa didática é menos importante do que a da qualidade da pesquisa que o docente faz e na qual leva seu aluno a mergulhar.

Em outras palavras, só ensina a pesquisar quem pesquisa. Isto requer um primeiro ponto, que é como se mede a pesquisa. Uma das maiores ilusões sobre a Capes é a do assim-chamado “produtivismo”, isto é, a idéia de que a agência só quer saber se e quanto você produz. Não é verdade. O mais importante é a *qualidade* do que se produz. Evidentemente, só podemos saber da produção científica quando ela é publicada. É quando ela se torna fecunda, quando se expõe a críticas, que podem ser devastadoras, mas quase sempre têm um efeito construtivo, e quando pode influenciar leitores e levá-los a citá-la em suas próprias pesquisas. Publicar é então o meio de difundir a produção, de socializá-la.

Como se mede a qualidade da pesquisa publicada? Em várias áreas, há o fator de impacto. Em princípio, este se mede tomando-se uma revista científica, verificando quantas citações revistas científicas qualificadas fizeram de um número dela e dividindo-se esse total de citações pela quantidade de artigos publicados naquele exemplar. Assim, se a revista A publicou 20 artigos, que foram citados 100 vezes, seu fator de impacto é cinco. Mas, se nas outras publicações saiu apenas um referência a algum daqueles artigos, e nada mais, o fator é 0,05 (ou seja, um dividido por 20).

Esta é uma medida bastante sofisticada. Ela significa que não se mede *apenas* a qualidade da revista, mas o seu “impacto”, ou seja, sua fecundidade. Um trabalho pode ser muito bom, eventualmente, mas não repercutir em nenhuma pesquisa nova. Não será citado, então, e terá sido de certa forma estéril. Mas essa não é uma deficiência do fator de impacto. É que este mede como uma publicação contribui para constituir uma comunidade científica, não apenas a qualidade de artigos isolados. Se há citações, é sinal de que se está construindo um ambiente de diálogo, uma massa crítica, que permitirá que a área avance.

O fato de um artigo sair numa revista de impacto maior – ou menor – não quer dizer que ele, individualmente, vá ter aquele número de citações. O fator é uma média. Mas indica que há uma probabilidade maior de ele ser lido e, assim, influir na pesquisa e ser citado. Vê-se então a importância de uma política editorial seletiva e rigorosa. Quanto melhores os artigos que saem numa revista, maior a chance de ser lida, e por aí vai.

Como temos cinco tipos principais de produção – em periódicos, em anais de eventos, em livros, em patentes e em produção artística – cada um coloca seus desafios específicos. O que falei vale para os periódicos, basicamente. Cada área do conhecimento estabelece a sua hierarquia de revistas (e de outras produções) e publica um Qualis, isto é, sua classificação delas. Já temos Qualis de periódicos, de eventos e de produção artística. Este ano, pela primeira vez, as áreas que têm seu forte na produção de livros vão fazer a classificação de qualidade e/ou impacto desse outro tipo de publicação. Mas falaremos do Qualis em outra semana.

### **Distribuição da produção científica**

Mas adiantaria muito se, num programa, um, dois ou três docentes respondessem pela produção científica, enquanto os outros dessem aulas e orientassem? O que se deseja é um equilíbrio na produção intelectual, respeitada evidentemente a diferença entre seniores e juniores, entre docentes mais maduros e mais novos, que leve um aluno a sentir segurança de que será orientado por um pesquisador de verdade, e não por alguém sem experiência de pesquisa.

Isso é o que se chama distribuição da produção científica. As áreas fixam faixas distintas, mas digamos que é razoável supor que dois terços do corpo docente de um curso, pelo menos, atendam a um ritmo de publicação de determinada qualidade, para a Capes poder dar uma nota que indica, com pequena margem de erro, que o aluno será orientado no patamar daquele curso (que pode ter nota regular, boa, muito boa ou excelente). Ou seja, um curso “muito bom” não é aquele que tem dois ou três professores excelentes e vinte apenas regulares. É um curso que tem sua linha de equilíbrio no muito bom, e portanto assegura a seus alunos uma chance elevada de ter professores e orientadores desse quilate.

### **Formação de mestres e doutores**

Mas, se parássemos aí, estaríamos fazendo a avaliação dos grupos de pesquisa. O CNPq, nossa agência irmã, tem um importante diretório de grupos de pesquisa. Mas há algo que falta ao conceito de grupo de pesquisa: ele não forma pessoas. Como o Brasil faz sua avaliação dos cursos de mestrado e doutorado a partir da Capes, que tem no nome o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, nosso principal “produto” não são os artigos e livros, nem mesmo as teses e dissertações, mas os mestres e doutores que vão utilizar o conhecimento e a experiência adquirida para atuar quarenta, talvez cinquenta anos na pesquisa ou na sua profissão.

Por isso, é fundamental ver como se dá esta formação. Algumas áreas exigem que a tese ou dissertação resulte em publicações de um determinado nível de qualidade. A química, aliás, é radical: ela só computa a produção científica do professor quando ele tem, como co-autor, um aluno de pós-graduação. Uma obra prima solo não valeria. Vê-se como a área está longe do “produtivismo”! Contudo, nas áreas em que não há a tradição da co-autoria, como nas humanas, seria difícil importar esse critério.

Outras áreas lêem algumas teses e dissertações, geralmente enviadas pelo programa (o que traz o risco de distorcer o resultado, porque somente são remetidas as melhores). Com a divulgação de teses pela internet, é possível apreciar a qualidade de maior número delas e também se torna viável esse julgamento por parte da comunidade.

### **Equilíbrio na formação de mestres e doutores**

Da mesma forma que não é bom ter a produção intelectual de qualidade concentrada em poucos membros do programa, também é negativo ter a orientação conduzida apenas por pequena parte deles. Adaptemos o exemplo acima: imaginemos então que dois ou três professores concentrem a maior parte das orientações de um curso, enquanto vinte têm um desempenho pequeno. Ora, o que queremos é que o professor que pesquisa seja o mesmo que orienta. Se houver uma “especialização” de uns na orientação, outros na docência e outros, ainda, na pesquisa, o resultado será que os orientados não terão tido experiência real de pesquisa. É o contrário do que queremos.

Repetimos: cada área tem ampla autonomia na definição de seus critérios, o que ela faz com o representante de área se reunindo com sua comissão e discutindo, geralmente, com os coordenadores dos cursos de mestrado e doutorado e ainda com as sociedades científicas. Mas os principais critérios têm sua filosofia acima exposta. Faltou um, ao qual chegaremos mais tarde: o do impacto social. Este é uma novidade.

Renato Janine Ribeiro  
Diretor de Avaliação da Capes